

Angola

2017 Conclusões sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil

Em 2017, Angola fez um avanço moderado nos seus esforços de eliminar as piores formas de trabalho infantil. O governo actualizou a sua lista de actividades e ocupações perigosas proibidas a crianças e publicou os resultados do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde de 2015–2016, que inclui informações sobre o trabalho infantil. O governo também anunciou a criação de um sistema de alerta para combater crimes contra crianças, designadamente o tráfico de seres humanos. No entanto, em Angola, há crianças em trabalho forçado na agricultura. As crianças também realizam tarefas perigosas na construção. O desfasamento entre a idade de ensino obrigatório e a idade mínima para o trabalho deixa as crianças entre 12 e 13 anos de idade vulneráveis às piores formas de trabalho infantil. Não há suficientes inspectores de trabalho para garantir uma cobertura suficiente da força de trabalho e os programas sociais não abrangem todos os sectores em que as crianças trabalham.

Com base no relatório, sugerem-se acções que avançariam a eliminação do trabalho infantil, incluindo as suas piores formas, em Angola.

Área	Acção sugerida	Ano(s) sugerido(s)
Quadro jurídico	Certificar-se de que a lei proíba ocupações ou actividades perigosas para crianças em todos os sectores relevantes em Angola, incluindo a prospecção de diamantes.	2011 – 2017
	Assegurar que o quadro jurídico abrange a protecção para as crianças contra a exploração na pornografia infantil e em actuações pornográficas.	2014 – 2017
	Certificar-se de que a lei estipule a proibição penal do recrutamento de crianças com menos de 18 anos de idade por grupos armados não estatais.	2016 – 2017
	Aumentar a idade de ensino obrigatório para 14 anos, em harmonia com o Plano Nacional de Desenvolvimento e a idade mínima para o trabalho.	2009 – 2017
Fiscalização	Divulgar informações relacionadas com o orçamento da Inspeção-Geral do Trabalho e a quantidade de inspecções de trabalho realizadas em locais de trabalho, assim como a quantidade de violações penais identificadas, processos instaurados e condenações pronunciadas.	2011 – 2017
	Aumentar o número de inspectores de trabalho para atender à recomendação técnica da OIT.	2009 – 2017
Coordenação	Estabelecer mecanismos de coordenação para combater todas as formas de trabalho infantil.	2016 – 2017
	Garantir que os mecanismos de coordenação relacionados com o trabalho infantil estão activos durante o ano.	2017
Políticas governamentais	Assegurar a implementação efectiva do Plano de Acção e Intervenção Contra a Exploração Sexual e Comercial de Crianças.	2014 – 2017
	Adoptar uma política que trate de todas as piores formas relevantes de trabalho infantil, tais como o trabalho forçado.	2017
Programas sociais	Elaborar e ampliar os programas sociais existentes para assegurar o acesso de todas as crianças à educação sem as restrições de taxas informais e da falta de certidões de nascimento e de espaço nas salas de aula. Assegurar a continuação do programa de merendas	2013 – 2017

Área	Ação sugerida	Ano(s) sugerido(s)
	escolares. Instituir programas voltados a crianças envolvidas na exploração sexual comercial e no trabalho forçado, assim como ampliar os actuais programas destinados a lidar com a abrangência do problema do trabalho infantil.	2010 – 2017